

**Universitárias de licenciatura em Educação Física e o conhecimento sobre sexo/gênero**

**Undergraduate Students in Physical Education and Knowledge about Sex/Gender**

**Estudiantes Universitarias de Licenciatura en Educación Física y el Conocimiento sobre Sexo/Género<sup>1</sup>**

**1 Carla Chagas Ramalho**

**2 Emilly Versiane Teixeira**

1 Doutora em Educação (UFRJ); Docente efetiva no Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros; Líder do FEMME - Grupo de estudo sobre o sistema sexo/gênero e cor/raça na educação e na educação física.

Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/3637197719291948>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6263-2498>

2 Licenciada em Educação Física; Docente da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros.

Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/8046335367138027>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6263-2498>

Correspondência para: [carla.ramalho@unimontes.br](mailto:carla.ramalho@unimontes.br)

*Submetido em 31 de março de 2025*

*Primeira decisão editorial em 18 de agosto de 2025.*

*Segunda decisão editorial em 03 de outubro de 2025.*

*Aceito em 27 de novembro de 2025*

---

<sup>1</sup> Este trabalho não teve financiamento de pesquisa.

## RESUMO

Este estudo investiga como acadêmicas de Licenciatura em Educação Física percebem questões de gênero na escola e o papel da formação docente nessa compreensão. Utilizando o materialismo histórico-dialético, aplicou-se um questionário a alunas do último ano do curso. Os resultados apontam insegurança das participantes para lidar com o tema, atribuída à falta de abordagem sistemática no currículo. Conclui-se que a inclusão da temática de sexo/gênero nas ementas é importante para preparar futuros(as) docentes para intervir criticamente no ambiente escolar, combatendo práticas opressoras e promovendo uma formação transformadora.

**Palavras-chave:** Educação Física. Sistema sexo/gênero. Formação de professores(as).

## ABSTRACT

This study investigates how undergraduate Physical Education students perceive gender issues in schools and the role of teacher education in this understanding. Using historical-dialectical materialism, a questionnaire was applied to final-year students. The results indicate participants' insecurity in addressing the topic, attributed to the lack of a systematic approach in the curriculum. It is concluded that the inclusion of the sex/gender system in course syllabi is essential to prepare future teachers to critically intervene in the school environment, combat oppressive practices, and promote transformative education.

**Keywords:** Physical Education. Sex/Gender System. Teacher Education.

## RESUMEN

Este estudio investiga cómo las estudiantes de Licenciatura en Educación Física perciben las cuestiones de género en la escuela y el papel de la formación docente en esta comprensión. Utilizando el materialdilectidadeísmo histórico-dialéctico, se aplicó un cuestionario a alumnas del último año del curso. Los resultados indican inseguridad por parte de las participantes para abordar el tema, atribuida a la falta de un enfoque sistemático en el currículo. Se concluye que la inclusión del sistema sexo/género en los planes de estudio es fundamental para preparar a futuros(as) docentes para intervenir críticamente en el entorno escolar, combatir prácticas opresivas y promover una formación transformadora.

**Palabras clave:** Educación Física. Sistema sexo/género. Formación docente.

## 1 Introdução

O debate sobre sexo e gênero tem ganhado destaque nas produções acadêmicas, embora ainda seja pouco presente nos currículos das Instituições de Ensino Superior (Nicolino, 2021). Esses marcadores, no entanto, manifestam-se frequentemente no ambiente escolar, em especial nas aulas de Educação Física (EF), onde práticas socioculturais podem violar direitos e a dignidade de estudantes (Souza; Jesus, 2023). Assim, preparar docentes para atuar de forma crítica, consciente e eficaz é essencial no combate às condutas discriminatórias e às subordinações de gênero.

A inclusão dessa temática nos currículos universitários é fundamental, já que os currículos normatizam as aprendizagens de todos(as) os(as) discentes. Como o sistema

sexo/gênero está intrinsecamente ligado às relações sociais (Izquierdo, 1992), sua abordagem deve fomentar reflexões coletivas e práticas pedagógicas transformadoras.

Os currículos de graduação são orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). No caso da EF, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física (DCNEF) organizam os cursos em Licenciatura e Bacharelado, adequando-os às possibilidades de atuação profissional (Ramalho; Cardoso, 2021). A título de contextualização, ressalta-se que as DCNEF aplicáveis ao curso das participantes são as de 2004 (CNE/CES 7/2004), as quais regulamentam a prática das estagiárias de EF pesquisadas.

Partindo da questão norteadora “De que maneira as acadêmicas do curso de Licenciatura em EF de uma instituição do Norte de Minas Gerais percebem as questões de gênero em sua prática durante o estágio supervisionado e em que medida sua formação contribui para essa percepção?”, este estudo objetiva identificar o conhecimento de acadêmicas de Licenciatura em EF sobre os marcadores atribuídos ao sistema sexo/gênero, compreendido como um sistema que organiza a sociedade, designando recursos, privilégios e obrigações às pessoas com base nos papéis sexuais e subordinações de gênero definidos culturalmente (Lerner, 2019). Ao naturalizar opressões, esse sistema associa expectativas automáticas ao que mulheres, foco deste estudo, “devem ser” ou “fazer”.

As perguntas e informações coletadas referem-se ao período de estágio obrigatório das estudantes. Considerando que o estágio na IES investigada se estrutura em quatro etapas — caracterização, observação, semidocência e docência —, os questionamentos sobre a prática pedagógica foram direcionados ao momento em que as acadêmicas assumiam a responsabilidade pela turma, ou seja, nas fases de semidocência e docência. Dessa forma, buscou-se referenciar a prática pedagógica em um contexto o mais próximo possível da atuação docente profissional.

A relevância deste estudo está em considerar o preparo das acadêmicas para lidar com questões de gênero na escola e compreender o papel da formação docente nesse processo. Tal discussão é urgente em um país onde quase 51 mil mulheres sofreram violência diariamente em 2022, e 70% perceberam aumento dessas agressões (Datafolha, 2023). Diagnosticar a atuação das alunas, futuras docentes — sobretudo as mulheres, que estão mais expostas às violências cotidianas, como aponta o estudo da Datafolha (2023) — é fundamental para enfrentar a naturalização de práticas opressoras de forma mais efetiva.

O método de pesquisa adotado foi o materialismo histórico-dialético, com o propósito de analisar didaticamente a partir das partes para a totalidade, compreendendo que o todo é mais

do que a simples soma de suas partes. Dessa forma, parte-se do princípio da totalidade, buscando analisar as respostas sem desvinculá-las do contexto mais amplo (Netto, 2011). Assim, evidencia-se que os fatos relatados pelas participantes não se limitam às suas experiências individuais, mas se reproduzem em diferentes espaços. Isso ocorre porque a raiz da problemática se mantém na realidade concreta, na qual a hierarquização das pessoas tem como marcador o corpo sexuado e as atribuições que sustentam as opressões de gênero no interior do modo de produção capitalista.

O método do materialismo histórico-dialético busca alcançar a essência do objeto investigado, indo além da aparência imediata ou da simples descrição de fenômenos objetivos (Netto, 2011). Nesta pesquisa, esse princípio é aplicado ao objeto de estudo “sistema sexo/gênero”, a fim de compreender sua materialidade e prática no interior do contexto social. Considerando que as relações sociais são determinadas pelo modo de produção vigente, na atualidade essas relações estão assentadas no modo de produção capitalista, cujo fundamento é a expropriação de uma classe sobre a outra (Marx, 2017). Esse processo é sustentado pela naturalização da exploração, expressa em práticas cotidianas que reproduzem opressões. Assim, a adoção deste método permite analisar o sistema sexo/gênero como um movimento inscrito nessa lógica, sem desconsiderar os elementos concretos que o alimentam.

Seguindo essa abordagem qualitativa e não probabilística (Gil, 2008), aplicou-se um questionário virtual a alunas do último ano do curso de Licenciatura em EF. Os critérios de inclusão foram: ser mulher, estar regularmente matriculada no último ano e ter idade mínima de 18 anos, além de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi aprovada sob o parecer consubstanciado nº 5.105.580 do Comitê de Ética da Instituição.

A coleta de dados ocorreu entre 5 e 15 de março de 2024, resultando em oito respostas válidas. O questionário, composto por quatro perguntas fechadas e doze abertas, foi aplicado por meio de um formulário virtual, facilitando o contato com as estudantes via grupos de WhatsApp das turmas. No período da coleta, a instituição possuía duas turmas no 7º período e uma no 8º período da licenciatura em EF. Ressalta-se que a secretaria do curso não forneceu o número exato de discentes contempladas nesse critério de inclusão, mas estima-se que havia cerca de 20 estudantes distribuídas nessas três turmas.

## **2 Prática pedagógica na EF**

A prática pedagógica na EF é um fator determinante nas discussões sobre sexo e gênero, uma vez que as ações docentes adotadas interferem diretamente em como e se essa temática será abordada de maneira crítica nas aulas. Nesse sentido, é necessário, antes de iniciar o debate sobre a relação do(a) docente com as questões do sistema sexo/gênero, definir o conceito de agir docente, pautado nos critérios que identificam uma prática pedagógica, conforme descrito por Franco (2016, p. 536):

Assim, uma aula ou um encontro educativo tornar-se-á uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades. Será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; será pedagógica à medida que buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados.

As práticas docentes na EF são problematizadas em três grupos principais: práticas tradicionais, que privilegiam meninos e alunos habilidosos; abandono do trabalho docente, com ausência de intervenção; e práticas inovadoras, que buscam novas formas de realizar e estruturar as aulas (Gonzáles, 2020). Fatores como infraestrutura precária e desvalorização docente contribuem para as práticas tradicionais e de abandono, mas essas não devem ser vistas como decisões individuais dos(as) professores(as) (Machado, 2010), e sim como resultado de fatores micro e macrosociais, que atuam de forma singular em cada caso (Gonzáles, 2020).

Portanto, as práticas docentes que não favorecem a abordagem do convívio social, incluindo o sistema sexo/gênero, não podem ser explicadas de forma simplista. No entanto, é possível identificar pontos de partida que ajudem a inibir essas práticas. Ressalta-se que a prática pedagógica deve ser compreendida em seu entendimento amplo, voltada para a totalidade do ensino, que não se limita a transmitir conteúdos, mas prepara para a conscientização sobre a realidade social, promovendo uma educação problematizadora (Freire, 2012).

### **3. Sistema sexo/gênero e EF**

Segundo Izquierdo (1992, 2013), sexo e gênero são interligados, pois as características biológicas geram expectativas sociais que estruturam os marcadores de gênero. Essa interação forma o ser mulher ou homem na sociedade contemporânea. Adotamos o conceito de sistema sexo/gênero de Izquierdo (2013), que evidencia a inseparabilidade entre características biológicas e estruturas sociais. Em análises sobre a categoria mulher, por exemplo, é essencial

considerar sexo e gênero como elementos intrinsecamente ligados, em um sistema que hierarquiza pessoas para sustentar sua organização.

Para Izquierdo (2013, p. 254), o modelo de sistema sexo/gênero, definido a partir da mulher, estabelece que: “[...] uma mulher seria uma fêmea (sexo) com identidade feminina (gênero), conduta feminina (gênero) e que ocupa posições sociais femininas (gênero)”. Nessa perspectiva, o sistema sexo/gênero pode ser compreendido como a relação que fundamenta as opressões de gênero — expressas em cobranças sociais — vinculadas ao sexo biológico, isto é, à materialidade corporal. Retomando a concepção de Marx (2017), segundo a qual o todo é mais do que a soma das partes, o sexo biológico não se restringe à genitália, mas abrange o conjunto de marcadores biológicos e fisiológicos que constituem materialmente o corpo sexuado de cada pessoa. As cobranças de gênero — especialmente aquelas relacionadas à feminilidade e à masculinidade — derivam justamente dessa marca material.

Essas opressões também se manifestam no ambiente escolar, reforçando a dominância dos homens. Nas aulas de EF, por exemplo, os meninos frequentemente ocupam os espaços mais amplos, exercendo domínio sobre a escola por meio do esporte, enquanto as meninas, sem opção, recorrem a atividades como pular corda, elástico ou queimada (Altmann, 2018).

Altmann (2018, posição 961) relata a fala de uma aluna que descreve essa desigualdade:

Quando a minha professora de EF faltava, os meninos faziam sacanagem com a gente. Às segundas e quartas, eles jogavam futebol. Aí, para nós não deixarmos batido, nós pegávamos corda e pulávamos lá no meio, começávamos a avacalhar.

Esse relato ilustra como os meninos se sentem no direito de dominar espaços, especialmente na ausência de supervisão, enquanto as meninas resistem, ainda que sem conseguir romper totalmente com a opressão. Não se trata de atribuir exclusivamente às meninas e mulheres a responsabilidade por essa resistência, mas de compreender que a separação de espaços reforça a lógica de exploração no modo de produção capitalista que influencia a todos. Tal dinâmica contribui para consolidar a destinação social do espaço privado às mulheres e do espaço público aos homens, o que remete ao que Izquierdo (1992) aponta: ao sexo masculino são atribuídas funções de descoberta, enquanto ao sexo feminino são destinadas atividades cíclicas, rotineiras e cotidianas — processo que naturaliza o trabalho de cuidado para elas e valoriza o trabalho que gera diretamente mais-valor para eles.

Embora Altmann (2018) não utilize diretamente o conceito de sistema sexo/gênero, seu trecho evidencia o funcionamento desse sistema. O gênero atua como um mecanismo de controle social, incentivando os meninos a se sentirem superiores e legitimando

comportamentos que marginalizam as meninas. Essa dinâmica reforça estereótipos, como a associação do futebol ao universo masculino e a consequente dificultando o acesso das meninas as atividades esportivas. Da mesma forma, as próprias instituições esportivas contribuem para a exclusão de meninas e mulheres em determinadas práticas, evidenciando o papel institucional do sexismo, resultante de ações oriundas do patriarcado, como definido por Lerner (2019).

Essas situações demandam a intervenção crítica e consciente de docentes de EF, que devem estar preparadas(os) para conscientizar estudantes e eliminar práticas opressoras no cotidiano escolar. Nesse contexto, Lerner (2019, p. 322) define patriarcado como “a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre mulheres e crianças na família e sua extensão à sociedade em geral”. Essa definição permite estabelecer relações entre os conceitos de gênero e patriarcado, analisando suas manifestações tanto na sociedade quanto nas aulas de EF escolar.

#### **4 DCNEF e o sistema sexo/gênero**

A análise dos currículos é pertinente neste estudo, pois eles normatizam o que deve ser ensinado por professores(as) a estudantes, sem desconsiderar o papel ativo dos(as) docentes nesse processo formativo (Sacristán, 2013). Além de regular a formação dos(as) futuros(as) cidadãos(ãs), o currículo influencia diretamente o modelo de sociedade almejado. Assim, é indispensável relacionar o currículo ao objeto de estudo deste trabalho: o sistema sexo/gênero.

A escassez de debates sobre subordinações de gênero nos currículos do Ensino Superior foi apontada por Araújo e Silva (2019) como um desafio significativo. Embora o tema nem sempre esteja explicitamente descrito, ele pode se manifestar de forma implícita ou oculta (Nicolino, 2021).

No Ensino Superior, os currículos seguem as DCN, que definem as competências norteadoras. Para a EF, as DCNEF constituem o referencial, com a última reformulação consolidada pela Resolução Nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Embora a resolução não mencione explicitamente o tema sexo/gênero, ela aborda conceitos como “pluralidade”, “diversidade” e “contextos socioculturais”, que abrem espaço para discussões sobre o sistema sexo/gênero, conforme destacado no Artigo 9º: “Reconhecimento da abrangência, diversidade e complexidade da educação brasileira nos diferentes níveis, modalidades e contextos socioculturais em que estão inscritas as práticas escolares” (Brasil, 2018).

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dispõe, em seu artigo 53, que as Instituições de Ensino Superior têm autonomia para “fixar os currículos dos

seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (Brasil, 1996). Essa autonomia, embora limitada, possibilita que o currículo contemple as demandas sociais relacionadas ao sistema sexo/gênero.

No trabalho de Ramalho *et al.* (2022), que analisou as grades curriculares dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em EF no Estado de Minas Gerais, observou-se que as ementas não fazem uma relação explícita com a temática de gênero. Segundo as autoras, “[...] as normatizações curriculares desses cursos ainda estão aquém do idealizado para formação de profissionais críticos e conscientes na sua atuação profissional relacionada às questões de gêneros” (Ramalho *et al.*, 2022, p. 16).

Como destacado por Araújo e Silva (2019) e Ramalho *et al.* (2022), a ausência de uma abordagem sistemática do sistema sexo/gênero nos currículos de Licenciatura em EF evidencia uma lacuna significativa na formação docente. Dada a crescente relevância das discussões e opressões sobre sexo/gênero, é essencial que as instituições de ensino incorporem essa temática em suas diretrizes, promovendo uma formação inclusiva e alinhada às demandas sociais. Este estudo busca investigar qualitativamente, com base em dados empíricos, se o tema sexo/gênero é abordado e debatido nas aulas de graduação segundo as graduandas, mesmo que não esteja explicitamente inserido no currículo.

## 5 Resultados e discussão

Após a coleta das respostas, foi elaborada uma anamnese das participantes, garantindo a preservação do anonimato das respondentes:

Tabela 01 – Anamnese

<b>Acadêmicas</b>	<b>Cor</b>	<b>Classe econômica</b>	<b>Idade</b>	<b>Período</b>
Acadêmica 1	Preta	Trabalhadora	22	7º
Acadêmica 2	Preta	Trabalhadora	23	7º
Acadêmica 3	Branca	Trabalhadora	22	8º
Acadêmica 4	Preta	Trabalhadora	22	8º
Acadêmica 5	Preta	Trabalhadora	23	8º
Acadêmica 6	Parda	Trabalhadora	29	7º
Acadêmica 7	Parda	Trabalhadora	23	7º
Acadêmica 8	Parda	Trabalhadora	27	8º

Fonte: Elaboração própria



Como exposto anteriormente, ao adotar o materialismo histórico-dialético, esta pesquisa analisa os dados considerando a materialidade das participantes em relação ao objeto de estudo. Observa-se que todas são mulheres pertencentes à classe trabalhadora, trazendo relatos sobre suas percepções de opressão vinculadas ao sistema sexo/gênero em uma fase específica. Um dos fundamentos do método utilizado consiste em relacionar os dados obtidos à estrutura social que os sustenta; assim, será apresentado a seguir como as percepções das discentes se articulam às necessidades de manutenção das opressões sociais atribuídas às mulheres trabalhadoras. Partindo do princípio da totalidade – eixo central do método –, a leitura das respostas das participantes, articulada à sua realidade social, possibilita compreender suas perspectivas. Ressalta-se que a análise parte da abstração de uma parte para alcançar a compreensão do todo, de modo que reconhecer as características das respondentes contribui para a interpretação dos dados, ainda que não componha diretamente a abstração central desta análise.

Para a organização e discussão dos dados, as respostas foram agrupadas em categorias temáticas, permitindo uma abordagem analítica mais precisa. Segundo Gomes (2002, p. 70), “[...] as categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”.

Com base nesse referencial e no método da pesquisa, foram definidas as seguintes categorias de análise: Definições sobre sexo/gênero; Experiências nas aulas de EF na escola; e Sexo/gênero e a graduação em EF.

### **5.1 Definições sobre sexo/gênero**

Na pesquisa de Devide *et al.* (2011), aponta-se o equívoco recorrente nos estudos de gênero e EF no Brasil em relação ao uso dos termos “sexo” e “gênero” como sinônimos. Os/As autores(as) destacam que essa confusão é mais frequente em pesquisas voltadas para as Ciências Biológicas, que não consideram as questões de gênero. Neste trabalho, conforme já mencionado, adota-se o conceito de sistema sexo/gênero (Izquierdo, 1992, 2013), que integra tanto as questões biológicas quanto as imposições sociais, reconhecendo-as como interdependentes e inseparáveis.

Ao analisar as respostas das acadêmicas sobre a definição dos termos “sexo” e “gênero”, percebe-se que a maioria das participantes apresentou uma compreensão alinhada à definição deste estudo. A tabela abaixo resume as respostas válidas.

Tabela 02 - Definição de sexo biológico e gênero dada pelas pesquisadas

<b>Acadêmicas</b>	<b>Defina “sexo biológico”</b>	<b>Defina “Gênero”</b>
Acadêmica 1	Características biológicas e anatômicas que a pessoa apresenta, associadas ao feminino ou masculino	É um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos
Acadêmica 2	Identidade de gênero, considerando órgãos do nascimento	Relacionado ao que a pessoa se identifica
Acadêmica 3	O que já nasce	O que se identifica
Acadêmica 4	São as características físicas/biológicas que a pessoa tem quando nasce	É a construção, os papéis sociais que a pessoa se identifica a partir da socialização, vivências e culturas
Acadêmica 5	Características de diferenciam o feminino do masculino	É caracterizado pelos papéis sociais e comportamentos que aquele sexo biológico é "determinado" e "esperado" ter
Acadêmica 6	Mulher	Feminino
Acadêmica 7	Feminino	Feminino
Acadêmica 8	Sexo biológico é o conjunto de características físicas que me definem como mulher ou homem	Gênero é uma construção social que impõe papéis as pessoas. Um exemplo: se sou mulher, automaticamente para a sociedade tenho o papel de cozinhar e limpar

Fonte: Elaboração própria

As respostas das Acadêmicas 6 e 7 foram desconsideradas por não apresentarem definições objetivas, limitando-se a termos que poderiam sugerir determinadas interpretações. No entanto, por se tratarem de colocações excessivamente subjetivas, optou-se por não extrapolar o que foi efetivamente dito. Entre as respostas válidas, observa-se que, com exceção da Acadêmica 2, todas compreendem o sexo como características biológicas de nascimento, embora com diferentes níveis de detalhamento. A Acadêmica 3, por exemplo, definiu de forma breve: “O que já nasce”, enquanto a Acadêmica 8 trouxe uma explicação mais completa: “Conjunto de características físicas que definem mulher ou homem”. Ambas estão alinhadas às definições de Izquierdo (1992) e Lerner (2019).

Por outro lado, a Acadêmica 2 demonstrou certa confusão ao associar a definição biológica à “identidade de gênero” e aos “órgãos de nascimento”. Ressalta-se que o conceito de “identidade de gênero” não corresponde aos marcadores biológicos, sendo entendido como uma construção passível de escolha (Jesus, 2012). Cabe observar que o termo “identidade de gênero” não é unânime nos estudos acadêmicos e pode ser questionado sob diferentes perspectivas científicas.

Quanto à definição de gênero, as respostas revelaram maior diversidade. Das seis respostas analisadas, quatro indicaram uma compreensão de gênero como construção social baseada no sexo biológico, conforme exemplificado pela resposta da Acadêmica 1: “É um

elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. Esse entendimento está alinhado com os conceitos adotados por Izquierdo (1992) e Lerner (2019). No entanto, duas acadêmicas relacionaram gênero à identidade pessoal, como na definição da Acadêmica 2: “Relacionado ao que a pessoa se identifica”.

Destaca-se a ausência de uma compreensão nítida de que gênero representa uma forma de subordinação, ou seja, uma imposição social de padrões estereotipados que determinam como homens e mulheres devem se comportar em uma sociedade e em um período histórico específicos (Lerner, 2019). No modo de produção capitalista, essa imposição reforça a hierarquização entre as pessoas, sustentada pela idealização do patriarcado. Nesse contexto, espera-se que as mulheres sejam femininas e os homens, masculinos, de acordo com as normas contemporâneas. Ainda assim, mesmo atendendo às exigências sociais, mulheres que correspondem ao ideal de feminilidade são sistematicamente vistas como inferiores aos homens, sejam eles masculinos ou femininos, o que evidencia a persistência do patriarcado na sociedade atual.

A análise das atribuições de feminilidade e masculinidade, à luz do materialismo histórico-dialético, evidencia que tais construções sociais ancoram formas diferenciadas de venda da força de trabalho. Essa lógica impõe a desvalorização do trabalho das mulheres e fomenta a concorrência dentro da própria classe trabalhadora. Marx (2017), mesmo sem utilizar o termo “sistema sexo/gênero”, já apontava materialmente essa hierarquização, ao demonstrar que as mulheres recebiam salários inferiores não por limitações cognitivas ou físicas — até porque algumas desempenhavam atividades de grande exigência física, como puxar navios —, mas pela imposição social de uma hierarquia que subordinava seu trabalho ao dos homens. Nesse sentido, a opressão vinculada ao sistema sexo/gênero reforça a estrutura de exploração capitalista, sustentando a desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras.

O conhecimento sobre os termos sexo e gênero é fundamental para compreender as dinâmicas do sistema sexo/gênero no cotidiano e identificar situações de opressão e discriminação, especialmente entre a classe trabalhadora, que enfrenta simultaneamente a exploração econômica e distintas opressões, como o racismo e o sexismo. Compreender essas definições é essencial para que futuras(os) docentes possam intervir e abordar esses temas de forma crítica e consciente nas escolas. Como aponta Souza (2023), equívocos no diagnóstico de uma questão podem comprometer sua efetiva resolução. É fundamental ressaltar que gênero, enquanto subordinação, não é uma escolha, mas uma imposição social.

Ao serem questionadas sobre o preparo para lidar com o tema nas escolas, apenas a Acadêmica 6 afirmou sentir-se plenamente preparada, embora tenha apresentado uma resposta evasiva ao definir sexo e gênero. Duas acadêmicas (2 e 4) afirmaram não se sentirem preparadas, enquanto quatro (1, 3, 5 e 7) disseram sentir-se pouco preparadas.

Entre as que se sentem pouco preparadas, o conhecimento que possuem resulta de um esforço próprio em buscar informações e não deixar práticas discriminatórias passarem despercebidas no ambiente escolar. Isso fica evidente nas falas da Acadêmica 5: “Acredito que não estou totalmente preparada, mas não deixarei questões dessa importância passarem despercebidas” e da Acadêmica 1:

Preparada é uma palavra muito forte, precisa de ter (sic) muito conhecimento sobre o assunto, mas se em algum momento vier a acontecer algo que precise de intervenção, creio que eu saberei lidar ou então levarei para a direção da escola para tomar as devidas providências.

Esses relatos evidenciam um desejo genuíno de agir de forma responsável, mas também destacam a insegurança devido à falta de formação específica. Esse cenário reforça a necessidade de uma preparação sólida, considerando que o curso de Licenciatura deve formar profissionais aptos a enfrentar, com confiança e embasamento, os diferentes contextos escolares. Trata-se, portanto, não apenas de compreender as múltiplas formas de definição das questões de gênero, mas de relacionar criticamente as opressões de gênero à realidade concreta em que se manifestam.

## **5.2 Experiências na aula de EF escolar**

Ao serem questionadas sobre a presença da temática sexo/gênero na escola (durante a fase de observação) e nas aulas de EF durante os estágios obrigatórios — especificamente na fase em que assumiam a responsabilidade pelas turmas —, as acadêmicas apresentaram respostas que corroboram estudos anteriores, como o de Altmann (2018), que analisa a divisão das atividades com base no sexo e o domínio dos alunos do sexo masculino nas aulas. Mesmo após quase uma década da publicação desse estudo, situações de supremacia masculina nos espaços escolares, especialmente nas quadras, continuam recorrentes, conforme relatado pela Acadêmica 8:

[...] em brincadeiras ou até mesmo na EF pela própria percepção das crianças sobre sexo, gênero, papéis de gênero. Normalmente meninas são condicionadas a preferir certos tipos de brincadeiras como amarelinha do que

(sic) meninos são condicionados a preferir o futebol. Na sala de aula acredito que pouco se fala sobre o assunto.

Além disso, outras acadêmicas relataram diferentes formas de manifestação do tema na escola, como detalhado na tabela abaixo:

Tabela 03 - Percepção das acadêmicas sobre como a temática de sexo/gênero aparece nas escolas (durante a fase de observação do estágio obrigatório)

<b>Acadêmicas</b>	<b>Respostas</b>
Acadêmica 2	Às vezes. Por exclusão
Acadêmica 3	[...] Na participação, na força ao jogar, no desempenho dentro das aulas (geralmente os meninos se dão melhor e “sabem mais”)
Acadêmica 5	Aparentemente só na questão de separar os meninos das meninas

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que, para as estudantes investigadas, as relações do sistema sexo/gênero não apresentaram mudanças significativas em comparação ao que já havia sido apontado por Altmann (2018), permanecendo presentes, ora de forma explícita, ora mais sutil. Tal permanência justifica-se pelo contexto das relações sociais que as sustentam, uma vez que, enquanto vivermos em uma sociedade cuja base é a expropriação de uma classe por outra, os processos ideológicos de naturalização dessa lógica seguirão operando em benefício da classe dominante. Nesse sentido, reforça-se a importância da capacitação de professoras(es) críticas(os) para identificar tais situações e intervir de maneira adequada diante das subordinações de gênero.

Mesmo diante da afirmação da Acadêmica 6 de que a temática “quase não aparece” na escola e nas aulas de EF, o relato evidencia a importância de desenvolver a capacidade de identificar as manifestações de opressões e violências relacionadas ao sistema sexo/gênero para que seja possível um enfrentamento efetivo. Caso a raiz da questão não seja transformada, seus efeitos também permanecerão. Ainda que a dialeticidade da vida cotidiana revele momentos de maior ou menor incidência de opressões, estas continuarão existindo enquanto persistirem as condições que as produzem.

Adicionalmente, é importante ressaltar que a escola é um reflexo da sociedade, o que nos leva a questionar se as relações do sistema sexo/gênero, fundamentadas pelo patriarcado, realmente não aparecem na escola e, especialmente, nas aulas de EF, onde os espaços mais abertos e as interações intensas permitem maior expressão das subjetividades. Considerando que vivemos em uma sociedade marcada pelo machismo e pelo sexismo, é plausível afirmar que a resposta da Acadêmica 6 revela mais uma dificuldade de percepção crítica sobre a

temática do que propriamente a ausência de manifestações de opressão relacionadas ao sistema sexo/gênero nesse contexto. De forma dialética, todas as mulheres experienciam, em maior ou menor intensidade, práticas sexistas em seu cotidiano — seja de maneira naturalizada ou combativa, direta ou indireta —, o que, paradoxalmente, pode dificultar a identificação dessas práticas justamente pelo processo de naturalização que as sustenta.

A análise das demais respostas também sugere novos pontos de vista sobre o tema. A Acadêmica 4 destaca iniciativas da própria escola para abordar a questão: “Como forma de explicar as relações humanas, de respeito às crenças, etnia, sexualidades, gênero de igualdade como um todo. Na EF além de conversas, através de atividades/dinâmicas contando com a participação de todos(as)”.

Com base nessas informações, constatou-se que o tema vem sendo abordado em algumas escolas como estratégia de conscientização, o que pode ser considerado um avanço. Contudo, essa abordagem nem sempre estabelece uma relação com a condição da mulher no contexto social, o que acaba por contribuir para a manutenção das opressões. Torna-se, portanto, fundamental que essa discussão seja incorporada desde os primeiros anos de escolarização, de modo a evitar que as diversas formas de violência relacionadas ao sistema sexo/gênero continuem a ser naturalizadas.

### **5.3 Sexo/gênero e a graduação em EF**

Conforme apontado por Ramalho *et al.* (2022), a presença da temática sexo/gênero nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em EF nas universidades de Minas Gerais ainda está muito aquém do necessário para uma formação docente crítica. Isso inclui a universidade investigada nesta pesquisa, uma vez que a temática não aparece de forma explícita nas grades curriculares dos cursos. Contudo, ao observar as possibilidades oferecidas pelo currículo, entende-se que o tema, mesmo assim, pode ser abordado em sala de aula. Por essa razão, questionamos as acadêmicas sobre a presença da temática nas ementas e sua abordagem durante as aulas.

Das oito acadêmicas entrevistadas, seis afirmaram ter percebido a presença da temática em algumas disciplinas, mas relataram que ela foi tratada de forma superficial. Exemplos disso são as falas da Acadêmica 1: “Em algumas aulas houve uns debates, mas bem minuciosos (sic)” e da Acadêmica 4: “Sim, apenas uma professora abordou o tema, e além de comentar no momento da aula, ocorreram seminários que permitiram debatê-lo também”. Apenas a Acadêmica 6, que declarou se sentir preparada para lidar com o tema, relatou que a temática

apareceu em duas disciplinas e foi efetivamente abordada pelos(as) professores(as) durante as aulas.

Nota-se que foi justamente a Acadêmica 6 quem não identificou a presença da temática sexo/gênero na escola. É possível que sua resposta tenha sido direcionada por uma visão limitada à abordagem institucional do tema, sem considerar como as imposições relacionadas ao sistema sexo/gênero se manifestam de maneira subjetiva em todo o ambiente escolar. Caso a acadêmica se considere preparada para lidar com o tema em suas futuras aulas, isso pode estar relacionado à percepção de que se trata de um conteúdo específico a ser discutido, e não de uma questão transversal presente nas relações escolares. Essa perspectiva aponta para uma lacuna na abordagem da temática, que, apesar de ser construída e reforçada cotidianamente nas interações sociais, muitas vezes não é reconhecida ou compreendida em sua totalidade.

Esse entendimento pode ser associado ao processo de conscientização acerca da realidade concreta, uma vez que não basta deter conhecimento sobre determinada temática para se alcançar a consciência de sua totalidade no campo social. Do mesmo modo que o conhecimento fragmentado e isolado dos fundamentos de uma prática esportiva não garante a formação de um(a) atleta (Barroso, 2020), a simples conceituação, sem uma abordagem ampliada e crítica, esvazia o potencial prático do conhecimento.

Freitas e Souza Júnior (2020) destacam que, mesmo sem a inclusão explícita do tema nas grades curriculares, alguns(as) professores(as) abordam a temática por afinidade, por meio de debates ou de maneira superficial. Apesar de útil para um primeiro contato, essa abordagem não garante a formação plena de docentes, resultando em insegurança ao tratar o tema ou realizar intervenções necessárias. Diversos fatores, como tempo limitado de aula, grande número de alunos(as) e complexidade do tema, aliados à falta de conhecimento, dificultam sua inserção direta no contexto escolar. Para efetivar o debate crítico sobre o sistema sexo/gênero, é indispensável que ele seja incluído formalmente nas grades curriculares e abordado de maneira sistemática. Um conhecimento sólido permite intervenções eficazes e adaptações às demandas escolares, enquanto a falta de preparo perpetua a naturalização das diversas formas de violência utilizadas pela cobrança dos papéis sexuais.

Além das diretrizes específicas dos cursos, a universidade como um todo desempenha um papel crucial na formação das(os) profissionais. Considerando que as questões relacionadas ao sistema sexo/gênero permeiam toda a sociedade, é de interesse das instituições promover eventos que abordem a temática, permitindo acesso a todos(as). No entanto, apenas as Acadêmicas 4 e 7 relataram ter participado de algum evento relacionado ao tema, enquanto a

Acadêmica 8 afirmou ter ouvido falar sobre alguma iniciativa. As demais cinco acadêmicas declararam não ter conhecimento de nenhuma ação promovida pela universidade nesse sentido.

Com base nas análises realizadas, constata-se que a maioria das acadêmicas não teve uma imersão adequada no tema, o que reflete a falta de segurança para abordar a questão em suas atividades docentes e lidar com ela no contexto escolar. A Acadêmica 8 enfatizou: “O curso de EF precisa se atualizar e incluir uma disciplina com a temática sexo/gênero. A universidade precisa formar profissionais letrados(as) neste assunto para que atuem de forma respeitosa nas escolas”. Essa percepção demonstra que a ausência de contato com o tema é reconhecida e criticada pelas acadêmicas, que destacam a importância de um conhecimento mais aprofundado e sistemático sobre a temática.

Isso evidencia que, por se tratar de uma temática que tem contribuído para a manutenção do modo de produção capitalista, dificilmente será abordada de forma crítica nos documentos oficiais que orientam a EF, como as DCNEF. Assim, é necessário analisar não apenas a presença da temática nos currículos oficiais, mas também a forma como ela é tratada. Além disso, considerando a efetividade da liberdade de cátedra, importa observar de que maneira os(as) docentes discutem questões relacionadas às opressões e sua vinculação implícita ao modo de produção capitalista.

## **6 Considerações e recomendações**

A pesquisa identificou uma significativa insegurança das acadêmicas de Licenciatura em EF de uma universidade pública do Norte de Minas Gerais para lidar com questões de gênero, atribuída à falta de conhecimento. Os relatos evidenciam a escassa abordagem do sistema sexo/gênero no currículo universitário e no curso investigado, apontando a necessidade de melhorias na formação docente para um preparo mais sólido das futuras(os) profissionais da educação.

Ressalta-se que, dada a relevância social do tema sexo/gênero, é essencial que ele seja abordado desde a educação básica de forma crítica e consciente, com intervenções assertivas diante de opressões de gênero. Os(as) professores(as) não devem abdicar de sua prática pedagógica por falta de conhecimento. A sociedade ainda é marcada pelo machismo e sexismo, refletidos em altos índices de violência contra as mulheres. O feminicídio, por exemplo, atingiu seu maior número entre 2022 e 2023, com 1.463 vítimas, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (Bueno *et al.*, 2024). Assim, educadores(as) devem estar preparados



para identificar e combater práticas violentas e preconceituosas, promovendo um ambiente escolar mais seguro e inclusivo.

Concluimos que seria relevante a reformulação curricular do curso analisado, incluindo a temática sobre as opressões do sistema sexo/gênero nas ementas das disciplinas de forma estruturada e crítica. Essa inserção permitirá o aprofundamento necessário para formar docentes com uma perspectiva problematizadora. O conhecimento sistemático da temática habilita os(as) futuros(as) professores(as) a identificar preconceitos e opressões, enfrentando-os de maneira assertiva, o que contribui para desconstruir a naturalização das diversas formas de violência associadas ao sistema sexo/gênero.

Destaca-se ainda que, sendo as mulheres as principais vítimas de uma sociedade patriarcal, a falta de conscientização sobre sua posição social de subordinação contribui para a perpetuação desse ciclo. A insegurança apontada pelas acadêmicas sobre como intervir em situações de opressão de gênero em suas futuras aulas pode estar relacionada à ausência de uma percepção crítica da temática em seu cotidiano. Além disso, é fundamental compreender essa opressão em sua relação com o modo de produção capitalista, considerando que, enquanto pertencentes à classe trabalhadora, essas mulheres enfrentam a sobreposição das opressões de gênero e cor/raça, que, por sua vez, reforçam a exploração de classe.

É importante frisar que esta pesquisa não se propõe a apresentar sugestões de intervenções assertivas para as aulas de EF, mas sim a realizar um diagnóstico, articulado à totalidade, que busca compreender como situações de opressão de sexo/gênero foram percebidas por um grupo de acadêmicas. Assim, ainda que seja possível inserir o debate sobre o sistema sexo/gênero de forma transversal nos conteúdos da cultura corporal, destacamos que há outros estudos que têm essa temática como objeto central. O presente trabalho, contudo, concentrou-se exclusivamente no diagnóstico realizado junto ao grupo mencionado, relacionando-o ao contexto de manutenção do modo de produção capitalista por meio das opressões que sustenta.

Recomendamos que novos estudos sejam realizados com professoras(es) já em atuação nas escolas, com o objetivo de verificar como a temática tem sido abordada e identificar oportunidades de melhoria. Esperamos que este trabalho contribua para futuras pesquisas na área. Acreditamos que a formação continuada, tanto para docentes da educação básica quanto para docentes universitários(as), é um ponto de partida estratégico para ampliar a compreensão de conceitos e fomentar a reformulação curricular, fomentando, assim, mudanças efetivas na prática pedagógica.

## 7. Referências

ALTMANN, Helena. **Educação Física escolar: relações de gênero em jogo**. 1. ed. (Coleção Educação & Saúde, v. 11). São Paulo: Cortez, 2018. Edição do Kindle.

ARAUJO, Gabriela Gomes; SILVA, Andréa Costa da. Gênero e sexualidade na Licenciatura em EF (EEFD/UFRJ): reflexões a partir do projeto político pedagógico. **Temas em EF Escolar**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 36-59, dez. 2019. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/temasemedfisicaescolar/article/view/2244> Acesso em: 15 set. 2023.

BARROSO, André Luís Ruggiero. Inquietações no tratamento do esporte na EF escolar. *In*: ALBUQUERQUE, Denise Ivana de Paula; DEL-MASSO, Maria Candida Soares. **Desafios da EF escolar: temáticas da formação em serviço no PROEF** [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 83 – 104.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em EF e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 7 jan. 2025.

BUENO, Samira; SOBRAL, Isabela; LAGRECA, Amanda; CARVALHO, Thais. **Feminicídios em 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/244>. Acesso em: 13 mai. 2024.

DATAFOLHA. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. **Instituto de pesquisas datafolha**. São Paulo, ed 4, 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao-datafolha-fbsp-2023/> Acesso em: 28 ago. 2023.

DEVIDE, Fabiano; OSBORNE, Renata; SILVA, Elza Rosa; FERREIRA, Renato Callado; CLAIR, Emerson Saint; NERY, Luiz Carlos Pessoa. Estudos de gênero na EF brasileira. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 17, p. 93-103, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/vdH5QcysDZcqrTk4hNZsqYJ/> Acesso em 13 jan. 2025.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S.L.], v. 97, n. 247, p. 534-551, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.Praticapedagogicaedocencia>. Acesso em: 27 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FREITAS, Milena de Bem Zavanella; SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira de. Gênero, sexualidade e EF: formação e prática docente. **Motricidades: Revista da Sociedade de Pesquisa**

Qualitativa em Motricidade Humana, [S.L.], v. 4, n. 3, p. 217-230, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal>. Acesso em: 05 abr. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** /Antonio Carlos Gil. – 6° ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 69 – 80.

GONZÁLES, Fernando Jaime. EF Escolar: entre o “rola bola” e a renovação pedagógica. In: ALBUQUERQUE, Denise Ivana de Paula; DEL-MASSO, Maria Candida Soares (org.). **Desafios da EF escolar: temática da formação em serviço no ProEF**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 130-148.

IZQUIERDO, Maria Jesús. Bases Materiais do Sistema Sexo/Gênero. Tradução livre do texto: Bases materiales del sistema sexo/genero. CARLOTO, Cássia Maria. São Paulo: **Sempreviva Organização Feminista – SOF**, p. 1-5, 1992. Disponível em: <https://bases-materiais-do-sistema-sexogenero%C2%B9/> Acesso em: 25 ago. 2023.

IZQUIERDO, Maria Jesús. Tradução livre do texto: A construção social do gênero. FREITAS, Marcel de Almeida. **Scias Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte, v.5, n.1, p. 245-274, 2013. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/6221/4158> Acesso em: 25 ago. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** – Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf> Acesso em: 15 abr 2024.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo, Cultrix, 2019.

MACHADO, Thiago da Silva *et al.* As práticas de desinvestimento pedagógico na EF escolar. **Movimento**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 2, p. 129-147, abr. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115316043007>. Acesso em: 06 fev. 2024.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

NICOLINO, Aline. Gênero nos currículos de formação docente em EF no Brasil. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Caroline da Silva (org.). **Pesquisa sobre currículos, gênero e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021. p. 73-91.

RAMALHO, Carla Chagas; CARDOSO, Fernanda de Souza. A adequação à exploração do mercado de trabalho via segmentação da Licenciatura e Bacharelado em EF. **Pensar a Prática**,

Goiânia, v. 24, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/65902>. Acesso em: 13 jan. 2025.

RAMALHO, Carla Chagas; SANTOS, Juliana Valéria Souza; CARDOSO, Fernanda de Souza; PEREIRA, Marina Grazielle Mendes. Gênero nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado em EF nas universidades públicas de Minas Gerais. **Motrivivência**, [S. l.], v. 34, n. 65, p. 1–20, 2022. DOI: 10.5007/2175-8042.2022.e83753. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/83753>. Acesso em: 1 mar. 2024.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Peso, 2013. Cap. 1. p. 16-35. Disponível em: <http://www.apoesp.org.br/SabereseinCertezasSobreoCurrículo>. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, Livia Barbosa Pacheco; JESUS, Karla Thaís Lacerda de. Precisamos ou não falar de gênero na escola? **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 1063-1081, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/view/10285> Acesso em: 18 set. 2023.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Emoções e capital**: as mulheres no novo padrão de acumulação primitiva. 2006. 353 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia Social, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: [https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Terezinha-Souza-EMOCOES\\_E\\_CAPITAL.pdf](https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Terezinha-Souza-EMOCOES_E_CAPITAL.pdf). Acesso em: 09 fev. 2024.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. MANIFESTAÇÕES E FASES DO ASSÉDIO LABORAL: contra uma análise ideologizante. **Temporalis**, Brasília-Df, n. 46, p. 375-391, jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/41737/29317>. Acesso em: 28 mar. 2024.